



CP_01/2025

Concurso Público

para o Fornecimento e Instalação de Sistema de Sensori-
zação de Estacionamento e Painéis Informativos para o
Projeto “Bairros Comerciais Digitais” de Olhão

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Olhão, janeiro de 2025

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	4
ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE	5
ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	5
ARTIGO 4.º - CABIMENTO	5
ARTIGO 5.º – ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 6.º – CONCORRENTES	5
ARTIGO 7.º – JÚRI DO PROCEDIMENTO	6
ARTIGO 8.º – PEÇAS DO PROCEDIMENTO	6
ARTIGO 9.º – ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	7
SECÇÃO II - PROPOSTAS	8
ARTIGO 10.º – PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA	8
ARTIGO 11.º – DOCUMENTOS DA PROPOSTA	9
ARTIGO 12.º – ESCLARECIMENTOS ÀS PROPOSTAS	12
ARTIGO 13.º – PROPOSTAS VARIANTES	13
ARTIGO 14.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	13
ARTIGO 15.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	13
ARTIGO 16.º - NEGOCIAÇÃO	14
ARTIGO 17.º – LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	14

ARTIGO 18.º– RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA	15
ARTIGO 19.º – RELATÓRIO FINAL	15
ARTIGO 20.º – ESCOLHA DO(A) ADJUDICATÁRIO(A) E NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	15
ARTIGO 21.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	16
ARTIGO 22.º – IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	17
ARTIGO 23.º – NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	18
ARTIGO 24.º - CAUÇÃO	18
SECÇÃO III – CONTRATO	18
ARTIGO 25.º – MINUTA DO CONTRATO	18
ARTIGO 26.º – CONTRATO	19
ARTIGO 27.º – MODIFICAÇÕES AO CONTRATO	19
SECÇÃO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	19
ARTIGO 28.º – FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES	19
ARTIGO 29.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	20

Secção I – Disposições Gerais

Artigo 1.º - Identificação do procedimento

1. O presente procedimento é designado por “CP_01/2025 – Concurso Público para Fornecimento e Instalação de Sistema de Sensorização de Estacionamento e Painéis Informativos para o Projeto “Bairros Comerciais Digitais” de Olhão”.
2. O presente procedimento é designado por “CP_01/2025 – Concurso Público para Fornecimento e Instalação de Sistema de Sensorização de Estacionamento e Painéis Informativos para o Projeto “Bairros Comerciais Digitais” de Olhão.
3. O objeto principal deste procedimento é a otimização da utilização dos espaços de estacionamento automóvel foi identificada como uma ferramenta fundamental na gestão da mobilidade e ocupação dos parques automóvel existentes no Bairro comercial digital. Esta ferramenta corporizada na sensorização e nos painéis informativos permite desde logo uma melhoria no fluxo do tráfego em que, não existe a entrada na delimitação do Bairro se a informação disponibilizada indicar logo na sua entrada que não existem lugares disponíveis ou indicar em que locais eles existem de forma a dar cumprimento aos objetivos da candidatura “Bairros Comerciais Digitais” – Aviso n.º 12/C16-i02/2023 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
4. O presente procedimento inclui o fornecimento e instalação de sistema de sensorização de estacionamento e Painéis informativos com informação por local da respetiva ocupação, a executar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos.
5. O presente procedimento é constituído por dois lotes, composto por:
 - 5.2 Lote 1 – Sensores de estacionamento LoRaWAN e Software Gestão Smart Parking
 - 5.3 Lote 2 – Painéis Informativos
6. Conforme o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a que se refere o Regulamento CE n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, aos serviços objeto do presente procedimento corresponde às categorias:

Lote 1 – Sensores de estacionamento LoRaWAN e Software Gestão Smart Parking - 98351110-2 Serviços de controlo do estacionamento;

Lote 2 – Painéis Informativos - 35261000-1 Painéis informativos.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Fesnima, Empresa Municipal de Olhão, E.M, com sede na Largo Sebastião Martins Mestre, 8700-349 Olhão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Olhão sob o número de matrícula e identificação fiscal 504 667 521, com o telefone (+351) 289 090 287, e e-mail: geral@fesnima.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração, por deliberação constante na ata 385 datado de 05 de fevereiro de 2025.

Artigo 4.º - Cabimento

1.A autorização da despesa do presente procedimento foi aprovada pelo Conselho de Administração datado de 05 de fevereiro de 2025.

2.Ao presente processo correspondem os cabimentos

Lote 1- CP_01_M89/2025, com o n.º sequencial 2651 de 27 de janeiro, com a dotação orçamental da rubrica 0102/070108;

Lote 2- CP_01_M89/2025, com o n.º sequencial 2652 de 27 de janeiro, com a dotação orçamental da rubrica 0102/070108;

Artigo 5.º – Escolha do procedimento

1. O procedimento escolhido é o concurso público, com publicação de anúncio no Diário da República, conforme estabelecido na alínea b) do art.º 20 e nos art.ºs 130 e 132 e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6.º – Concorrentes

1. Podem concorrer ao presente procedimento quaisquer entidades, ou agrupamentos de entidades, devidamente habilitadas a exercer a atividade objeto do procedimento.

2. Os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas podem apresentar proposta, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Todos os membros de agrupamentos concorrentes são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta respetiva.

4. A mesma entidade não pode concorrer a título individual e enquanto membro de um agrupamento concorrente, ou integrar diferentes agrupamentos concorrentes.
5. Não podem ser concorrentes ou membros de agrupamentos concorrentes entidades que se encontrem nas situações referidas no art.º 55 do CCP.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 7.º – Júri do Procedimento

1. O procedimento é conduzido pelo júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia o exercício das suas funções no dia útil seguinte ao envio do anúncio para publicação.
2. O júri é composto por três membros efetivos e dois suplentes, a seguir identificados:
Tânia Guerreiro, Diretora da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Presidente;
David Rosa, Chefe de Divisão da divisão de informática do Município de Olhão, membro efetivo, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
Christophe Carvalho, Quadro Superior, na qualidade de segundo membro efetivo;
Pedro Cabrita, Diretor da divisão de Obras e Manutenção, na qualidade de primeiro suplente;
Vitor Lopes, Diretor da divisão de Gestão de Equipamentos e Eventos, na qualidade de segundo suplente.
3. O júri poderá solicitar à entidade competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 6 do art.º 68 do CCP, a nomeação de peritos ou consultores para o apoiarem no exercício das suas funções, nomeadamente no que concerne à avaliação das especificações técnicas das propostas, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri.
4. Antes do início das funções, todos os membros do júri subscreveram a declaração de inexistência de conflitos de interesses exigida pelo CCP e, no caso da eventual designação de perito/s que venha/m apoiar o júri, será subscrita declaração de idêntico teor.
5. São delegados no júri os poderes para prestar eventuais esclarecimentos às peças do procedimento.
6. O júri pode ser dispensado caso seja apresentada uma só proposta para efeitos do n.º 4 do art.º 67 do CCP.

Artigo 8.º – Peças do procedimento

1. As peças que instruem o presente procedimento são o programa do concurso e o caderno de encargos, integral e gratuitamente disponibilizados na plataforma eletrónica de compras públicas da “Acingov” na

página eletrónica www.acingov.pt, desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo de entrega das propostas.

2. Para aceder à plataforma é necessário efetuar o registo na página eletrónica referida no número anterior e obter um certificado de acesso, bem como dispor de certificado de assinatura digital qualificada nos termos previstos na legislação em vigor.

3. É obrigatório o uso de selos temporais na submissão de documentos pelo que o interessado terá de adquiri-los.

4. Para obter mais informações, ou no caso de dificuldades no uso da plataforma, deverá contactar o serviço de apoio ao cliente da plataforma através do número (+351) 707 451 451, nos dias úteis das 8h30 às 19h00 ou e-mail: apoio@acingov.pt.

5. No caso de indisponibilidade de acesso à plataforma eletrónica, as peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na sede e horário referidos na cláusula 2.ª até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, caso em que é da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo patenteado.

Artigo 9.º – Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através de plataforma eletrónica disponível em www.acingov.pt durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, nos termos do n.º 1 do art.º 50 do CCP.

2. No mesmo prazo pode apresentar lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados em conformidade com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do citado art.º 50 do CCP.

3. Os esclarecimentos são prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas e disponibilizados na referida plataforma eletrónica, sendo emitida imediata notificação desse facto a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.

5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Considerar-se-ão rejeitados todos os erros e omissões que não sejam expressamente aceites pela entidade adjudicante.

7. Todos os interessados que tenham obtido as peças serão notificados dos factos referidos nos números anteriores, via plataforma eletrónica.

Secção II - Propostas

Artigo 10.º – Prazo e modo para apresentação de proposta

1. A proposta e os documentos que a acompanham são assinados com certificado de assinatura qualificada (substitui a assinatura manuscrita de cada documento) e deve ser apresentada até às 23:59 horas do **6º dia** seguinte ao envio do procedimento para o Diário da República através do seu carregamento/submissão na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no artigo 7º, ato este que implica nova assinatura com certificado de assinatura digital qualificada (assinatura da submissão / carregamento na plataforma).
2. O interessado deve prever o tempo necessário para submeter a proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica certificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que só é admitida se assinada e recebida até à data e hora referida no n.º 1 da presente cláusula.
3. Os documentos carregados na plataforma estão sujeitos à **aposição de selos temporais** suportados pelo concorrente.
4. Nos termos do n.º 3 do art.º 470 do CCP os prazos para apresentação de proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
5. A data limite para apresentação das propostas fixada no n.º 1 da presente cláusula pode ser prorrogada, por prazo adequado, quando solicitada por qualquer interessado e em casos devidamente fundamentados, bem como quando as retificações às peças do procedimento e/ou os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo estabelecido, e ainda quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões das peças, independentemente do momento da sua comunicação, impliquem alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento.
6. A decisão de prorrogação, proferida pelo órgão competente para a decisão de contratar, é comunicada a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento.
7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constitui a proposta não possa ser apresentado na plataforma eletrónica, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar o concorrente, a designação do procedimento e a entidade adjudicante, o qual deverá ser entregue

diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo a receção deste ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.

8. Os encargos relativos à elaboração da proposta e quaisquer documentos com ela conexos são suportados integralmente pelo concorrente.

Artigo 11.º – Documentos da proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta a vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, e identificando o/s lote/s a concorrer, **podendo concorrer a ambos**.

2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a. **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos (*Anexo I do presente procedimento*), assinada pela entidade convidada ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- b. **Documento que contenha os atributos da proposta, submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - i. Documentos comuns:
 1. Identificação do/s lote/s a que concorre;
 2. Condições de entrega:
 - a. Cronograma de entrega dos bens se faseada;
 - b. Cronograma de execução dos trabalhos, se faseado;
 - c. Prazo de entrega, se mais favorável do que o previsto no caderno de encargos;
 - d. Condições de garantia, suporte e manutenção;
 3. Declaração de compromisso de honra a garantir que todos os componentes de hardware e software são compatíveis e que a solução garante a interoperabilidade dos mesmos;
 4. Apresentar uma declaração do fabricante, relativa a todos os componentes preconizados no âmbito do presente projeto e descritos nas especificações técnicas, atestando que os componentes são originais e que o concorrente

tem capacidade técnica para instalar, operar e manter estes equipamentos;

5. Declaração que todos os equipamentos são novos (não se aceitam equipamentos recondicionados);

6. Plano de capacitação e respetivas horas e condições, caso aplicável.

ii. Documentos específicos por lote:

1. Lote 1 – Sensores de estacionamento *LoRaWAN* e Software Gestão *Smart Parking*

a. Preço total do lote;

b. Preço total por cada item, considerando os dados do caderno de encargos;

c. Apresentação de um vídeo em formato MP4 a demonstrar as seguintes ações do software de gestão de *Smart Parking*:

i. **Login ou autenticação:** Demonstrar como o utilizador (gestor ou cliente) acede ao sistema;

ii. **Gestão de utilizadores:** Demonstrar como se cria os utilizadores à plataforma de gestão e se atribui as permissões;

iii. **Visualização de mapa com a disponibilidade dos estacionamento:** Exibição em tempo real dos estacionamento livres e ocupados por tipologia;

iv. **Categorização de lugares:** Exibição de como se categoriza o tipo de lugar (Ex.: Cargas/descargas; Ponto elétrico, mobilidade reduzida, entre outros);

v. **Monitorização dos sensores:** Demonstrar com se recolhe e visualiza os dados dos sensores, bem como posso controlar o sensor remotamente;

vi. **Relatórios e Análise:** Demonstrar como se cria e altera os *dashboards* com os dados do *software*.

1. O presente vídeo deve demonstrar a hora e data da realização da gravação, bem como ser perceptível que é o operador a realizar as ações ao vivo.
 - d. Apresentar uma declaração onde confirma que a empresa possui experiência e capacidade para operar, configurar e integrar dispositivos e soluções utilizando a tecnologia *LoRaWAN*.
 - e. Apresentar uma declaração onde confirma que o software de gestão *Smart Parking* se encontra desenvolvido e pronto a utilizar.
 2. Lote 2 – Painéis Informativos
 - a. Preço total, considerando os dados do caderno de Encargos;
 - b. Declaração do fabricante a atestar que tem autorização para comercialização e trabalhar com o software de gestão de painéis interativos;
 - c. Declaração de fabricante a atestar a integração com o *backoffice* CMS 360.
 - d. Apresentação de certificado do fabricante ou laboratório certificado, onde comprove que os módulos de ecrã têm deformação zero;
 - e. Apresentação de certificado do fabricante ou laboratório certificado da Degradação de perda luminotécnica por tendo por base 25º e 60º de temperatura ambiente
- c. **Condições de pagamento**, sem prejuízo do disposto no caderno de encargos, se mais vantajosa;
 - d. **Documento que contenha atributos não submetidos à concorrência** pelo caderno de encargos, se aplicável;
 - e. **Identificação de interlocutor do contrato**, em representação do concorrente, respetivo contacto telefónico e correio eletrónico, permanentemente contactável durante o horário de expediente da entidade adjudicante, sob pena de se considerar como interlocutor o representante legal da entidade, no caso de pessoa coletiva, ou o próprio quando se trate de pessoa singular, cujos dados pessoais serão usados, exclusivamente, para efeitos da execução inerente ao contrato a celebrar;
 - f. **Declaração de início de atividade** quando a entidade seja pessoa singular, no caso de já dispor da mesma;

- g. **Certidão permanente** ou código de acesso, ou documento comprovativo dos poderes do subscritor/s da proposta, no caso de se tratar de pessoa coletiva;
 - h. Caso a proposta seja apresentada por agrupamento de concorrentes, sem prejuízo do n.º 5 da cláusula 5ª, deve indicar a modalidade jurídica de associação em caso de adjudicação;
 - i. **Procuração/comprovativo** da titularidade **de poderes para submeter a proposta na plataforma** quando não seja o próprio a fazê-lo (lei n.º 96/2015, de 17 agosto);
 - j. **Outros que o interessado considere indispensáveis**, relativos aos termos pelos quais se dispõe a contratar;
3. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e por extenso, em euros e sem IVA incluído, conforme disposto no n.º 1 do artigo 60 do CCP.
4. A proposta deve mencionar o enquadramento do IVA para a presente prestação, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, sob pena de se considerar que o preço apresentado não inclui IVA.
5. Sendo a proposta assinada por procurador(a), juntará à mesma procuração que confira a este(a) poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Os documentos da proposta, antes de carregados na plataforma, são assinados com certificado digital de assinatura qualificada (substitui assinatura manuscrita de cada documento), pelo concorrente representante com poderes para obrigar, devidamente comprovados, sob pena de exclusão, para efeitos do estabelecido no artº 54 e no nº 4 do artº 68 da lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
7. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, admitindo-se que os documentos possam ser apresentados em inglês.
8. Caso a proposta seja apresentada por agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 12 º – Esclarecimentos às propostas

1. Caso sejam pedidos esclarecimentos às propostas, ao abrigo do art.º 72 do CCP, o concorrente deverá prestá-los no prazo que for concedido, através do canal disponibilizado para prestação de esclarecimentos

às propostas na plataforma em uso pela Fesnima – Empresa Municipal de Olhão, sob pena dos esclarecimentos não serem aceites.

2. Os esclarecimentos prestados fazem parte da proposta desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 70 do CCP.

3. Poderão ser solicitados, no prazo máximo de 5 dias, ao interessado, o suprimento de irregularidades da proposta causadas por preterição de formalidades não essenciais, nomeadamente no caso de suprimento de documentos que se limitem a comprovar factos anteriores à data da apresentação da proposta, desde que tal não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

Artigo 13.º – Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. O concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para a sua apresentação, conforme disposto no art.º 65 do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo em conta a modalidade monofator, relativo à avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2. As entidades que apresentarem proposta são ordenadas **segundo o preço total** da respetiva proposta, por ordem crescente de valor.

3. Caso se verifique empate na ordenação final de duas ou mais propostas, a ordenação deve respeitar os seguintes critérios de desempate, de forma sequencial:

- a) A proposta que tenha o mais reduzido prazo de entrega;
- b) A proposta que tenha a garantia mais alargada;
- c) A proposta que apresente o maior prazo de pagamento.

4. Na eventualidade do empate subsistir, após a aplicação dos fatores de desempate indicados no número anterior, a ordenação final será determinada em função do desempate das mesmas por via de sorteio a realizar nos seguintes termos:

- a) Em sede de análise de propostas, o júri do procedimento convoca os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica em uso, para a realização do sorteio, indicando a hora, a data e o local para o efeito;
- b) Na hora, data e local definidos nos termos da alínea anterior, procede-se ao sorteio a realizar em sessão pública, na presença do júri do procedimento e dos representantes legais dos concorrentes empatados, ou outras pessoas devidamente credenciadas para o efeito por via de procuração;
- c) Caso algum dos concorrentes empatados não compareça, o sorteio realiza-se com os que se encontrarem presentes;
- d) O sorteio consiste no lançamento simultâneo de dois dados por cada concorrente empatado, sendo atribuída ao concorrente a pontuação correspondente à soma obtida no respetivo lançamento. O lançamento é efetuado pelo representante de cada concorrente ou pelo presidente do júri do procedimento, em caso de não comparência daquele;
- e) Em caso de novo empate, deverão ser repetidos os lançamentos de dados, da mesma forma, até que se obtenha o desempate;
- f) A ordenação das respetivas propostas será efetuada por ordem decrescente da pontuação obtida no lançamento em que se verifique o desempate;
- g) Do sorteio será lavrada ata a anexar ao relatório preliminar, devendo a mesma ser assinada por todos os presentes. Caso algum concorrente se recuse a assinar, tal facto deverá constar na ata.

Artigo 16.º - Negociação

1. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica disponível no endereço <https://www.acin.gov.pt>.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

4. Caso a reclamação a que se refere o número anterior seja de deferir e não se encontre a proposta do reclamante, ser-lhe á fixado novo prazo para a apresentar nos termos do artº 138 nº 4 do CCP.

Artigo 18.º – Relatório preliminar e audiência prévia

1. Analisadas as propostas, nos termos do art.º 70 do CCP, o júri elabora relatório preliminar no qual fundamenta a exclusão das propostas a que houver lugar e propõe a ordenação das que forem admitidas.
2. Poderá propor a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no artº 146 do CCP.
3. O júri notifica todas as entidades que apresentaram proposta do teor do relatório, procedendo à sua audiência escrita, através da plataforma eletrónica disponível em www.acingov.pt sendo-lhes dado acesso a todas as atas do júri, informações e esclarecimentos e demais comunicações que tenham sido prestadas e às versões integrais das propostas.
4. É fixado aos interessados o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem, querendo, através da referida plataforma.

Artigo 19.º – Relatório final

1. Findo o prazo da audiência prévia, o júri elabora o relatório final fundamentado no qual pondera as observações dos concorrentes, caso tenham sido apresentadas, mantendo ou modificando o teor e conclusões do relatório preliminar.
2. Caso dessa análise resulte exclusão de proposta/s e/ou a alteração da ordenação final dos concorrentes, o júri procede a nova audiência prévia.
3. Elaborado o relatório final, o júri envia-o, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, ao órgão competente para a decisão de contratar

Artigo 20.º – Escolha do(a) adjudicatário(a) e notificação da adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base no relatório fundamentado elaborado pelo júri, aprova as propostas contidas no relatório final e proceda à adjudicação, ou à não adjudicação, consoante o caso.
2. Nos cinco dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação, através da citada plataforma eletrónica, acompanhado do relatório final.
3. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos;

- b. Apreciar a minuta de contrato e deduzir reclamações contra a mesma, se for o caso;
 - c. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativamente a atributos, termos ou condições da proposta.
4. Pode não haver lugar a adjudicação, por se verificar qualquer das situações previstas no n.º 1 art.º 79 ou 87-A do CCP, ambos do CCP, nomeadamente:
- a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
5. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 21.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, via plataforma, no prazo de **5 dias** úteis após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:
- 1.1.** Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos (*Anexo II do presente Convite*);
 - 1.2.** Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
 - a)** Documentação das API's, completas e detalhadas, contemplando toda a informação necessária para viabilizar as integrações exigidas no caderno de encargos;
 - 1.3.** Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - 1.4.** Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- 1.5.** Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- 1.6.** Nos termos do n.º 1 do artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua versão atualizada, deverá ser apresentado a comprovação do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo pelas entidades constantes no RCBE.
- 1.7.** Documento que ateste que não prestou, direta nem indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artº 55 do CCP, podendo o mesmo ser substituído por declaração solene, sob compromisso de honra nos termos do artº 83-A n.º 3 do mesmo código (querendo pode usar a minuta do anexo IV do presente programa).
- 1.8.** Certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, conforme Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, ou certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, no caso de ser concorrente estrangeiro.
- 2.** Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3.** Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos, é dispensada a sua apresentação nos termos do número 1 ou a indicação prevista no número anterior.
- 4.** O órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o tempo, exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 22.º – Idioma dos documentos de habilitação

- 1.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente selecionado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 23.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente Convite;
- b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Convite, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2. Se nos documentos apresentados constar alguma irregularidade, o adjudicatário terá um prazo de 3 dias úteis para suprimir as mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP.

Artigo 24.º - Caução

Não haverá lugar à prestação de caução.

Secção III – Contrato

Artigo 25.º – Minuta do contrato

1. Sendo o contrato reduzido a escrito, a minuta respetiva e de eventuais ajustamentos ao seu conteúdo, é enviada, para aceitação, ao adjudicatário(a), em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se aceite por este(a) sempre que haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.

2. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base a este procedimento.

3. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário(a), no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser naquele prazo.

4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo(a) adjudicatário(a) não fazem parte do contrato.

5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 26.º – Contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, salvo no caso de inexigibilidade e/ou dispensa da sua redução a escrito nos termos do estabelecido no artº 95 do CCP.
2. Para assinatura eletrónica do contrato será fixado prazo entre três e cinco dias.
3. As despesas inerentes à redução a escrito do contrato e sua outorga são da responsabilidade do(a) adjudicatário(a).
4. A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário(a), este(a) não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado ou, quando for o caso, não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como nos casos em que se tratando de agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do art.º 54 do CCP.
5. Verificando-se a caducidade nos termos do número anterior, o órgão competente para contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 27.º – Modificações ao contrato

1. Poderão ser apostas modificações ao contrato ao longo do respetivo prazo de execução dentro dos limites e com os fundamentos previstos pelo CCP, por ato administrativo quando estejam em causa razões de interesse público, por forma solene idêntica ao do contrato quando haja acordo das partes, ou por decisão judicial ou arbitral.

Secção IV – Disposições Finais

Artigo 28.º – Falsidade de documentos e de declarações

1. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações por parte do(a) adjudicatário(a) determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 29.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alterações seguintes e demais legislação aplicável.

DECLARAÇÃO

(conforme Anexo I do Código dos Contratos Públicos)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável determina a caducidade da adjudicação que recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

procedimento adotado para a formação de contratos públicos sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Data e assinatura. ⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

DECLARAÇÃO

(conforme Anexo II do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁵⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁶⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no número 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁷⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁸⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro do agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽⁹⁾]

⁽⁵⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽⁷⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁸⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽⁹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º